

O Ital, de Campinas, e o Instituto Nacional de Tecnologia, do Rio, além de outros órgãos, têm trabalhos realizados que demonstram a viabilidade técnica da mistura, também reconhecida pelo diretor do Centro Nacional do Milho. O grupo Matarazzo também realiza pesquisas nesse sentido, constituindo-se no trabalho mais recente na área.

Em Maringá, o empresário Osvaldo Chiuchetta, também defende a mistura: "O Paraná, com produção acima de 4,4 milhões de toneladas, é o maior produtor e exportador de milho do País e possui excedentes com dificuldades de colocação no mercado. E o parque moageiro poderá chegar a 400 mil toneladas. Como a auto-suficiência em trigo é difícil de ser alcançada, pois o consumo aumenta muito mais do que a produção, a mistura é lógica e viável".

Criadas as condições para isso, Emílio Germani, que possui grande complexo processador de milho, diz que entre três a cinco anos poderia haver no mercado a farinha de milho suficiente para uma adição de até 20%. Germani opera uma fábrica de macarrão de milho com capacidade para 700 quilos/hora, mas seus produtos — entre os quais polenta já preparada — têm dificuldade para competir com os elaborados à base de trigo devido aos subsídios a esse produto."

Aqui fica mais esta modesta sugestão para que o Governo procure solucionar o grave problema do milho. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Evandro Carreira) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Florim Coutinho.

O SR. FLORIM COUTINHO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A luta do funcionalismo brasileiro, iniciada a partir de 1962, quando na época já se cogitava de atender a todos os servidores, com os benefícios já obtidos pelos trabalhadores em geral, luta essa que todos os anos vem-se manifestando através de congressos, manifestos, memoriais, etc., por todos estes últimos anos, é de se destacar a atuação de diversas entidades de classe e de parlamentares, dos quais se têm agitado: a Associação dos Servidores Cívicos do Brasil, a Confederação Nacional dos Servidores Públicos e a Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo, considerada a maior entidade de classe do País e uma das maiores da América Latina.

Realmente, não vemos porque o tratamento discriminatório entre trabalhadores e servidores civis e militares. De acordo com o postulado constitucional, todos são iguais perante a lei. Se assim é, justo que todos tenham os mesmos direitos e obrigações.

A nossa convicção é de que atende a um postulado de justiça social e merece o apoio caloroso dos representantes do povo, guardiões das mais legítimas aspirações populares, o benefício do 13º Salário a todos os servidores civis, também achamos justo seja o mesmo estendido igualmente aos servidores militares.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Evandro Carreira) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Peixoto Filho. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Sylvio Venturulli.

O SR. SYLVIO VENTUROLI (ARENA — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

No último mês de julho a Corporação Musical "Arthur Giambelli", da cidade paulista de Limeira, completou 45 anos de profícua e gloriosa existência.

Fruto do idealismo incomum de um grupo de musicistas empreendedores, surgiu a Corporação às vésperas da História Revolucionária Constitucionalista de 1932, dando o máximo de si em favor da épica jornada cívica dos paulistas, participando de concentrações, acompanhando os combatentes em marcha para os campos de batalha, tendo, inclusive, em seu "nome de batismo" o estigma revolucionário: Corporação Musical "Frente Única", designação só mu-

dada após o falecimento do idealizador e criador da entidade, Arthur Giambelli. E a sua trajetória tornou-se, pelo dinamismo invulgar em seus integrantes, um ciclo ascensional de glórias.

Muitos prêmios obteve a "Arthur Giambelli" ao longo de sua vida musical, merecendo destaque especial a conquista do 1º lugar nos concursos de bandas civis comemorativas do IV Centenário de São Paulo, I Centenário de São Carlos, I Centenário de Santa Barbara D'Oeste, etc. Entre as honrarias, constam também o "Troféu da Constituição", "Prêmio Cidade de Limeira", além de mais de uma centena de troféus obtidos em consequência de seu trabalho musical. No mundo do disco é responsável pelo lançamento de vários long-plays, entre eles: "A Banda de La", primeiro long-play gravado por banda civil brasileira.

Integrada atualmente por 42 musicistas, todos amadores, e dirigida pelo Maestro Eusébio de Paula Lico, é cognominada "A Embaixatriz Sonora de Limeira", em virtude do amplo programa de difusão artística que vem desenvolvendo desde há longos anos. Tem sido requisitada freqüentemente para abrilhantar festas cívicas, religiosas e sociais nas mais diferentes plagas, não só no Estado de São Paulo, como também em outros: Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro, sendo hoje considerada uma das mais importantes organizações do gênero em nosso País.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, desejo nesta oportunidade congratular-me com todos os dirigentes e componentes da "Embaixatriz Sonora de Limeira" e em especial com o Jornalista Valdir Salvati para que prossigam nessa brilhante escalada de sucessos.

Concluindo, faço minhas as palavras de Maurício Loureiro Gama, conhecido jornalista e comentarista de TV, sobre a Filarmônica que completou em julho último seus 45 anos de vida musical: "a Banda de Limeira é isto, principalmente: um forte núcleo de resistência à desnacionalização no plano musical, a força de permanência de uma tradição que não pode, não deve morrer e precisa sobreviver. Esta Corporação Musical "Arthur Giambelli", da generosa e culta Limeira dos laranjais em flor e das florações culturais, é um protesto contra os shows desnacionalizadores. E um testemunho viril de brasilidade: espero que a Banda de Limeira possa levar ao Brasil inteiro a mensagem irmã de São Paulo, mensagem de harmonia entre todos os irmãos da grande Pátria comum, mensagem tão harmoniosa quanto as polcas, dobrados e marchas que esta boa gente toca, e com alma, ternura e amor — traços típicos que configuram o brasileiro, homem alérgico às violências e que talvez possa desarmar o mundo mau das controvérsias atômicas". (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Evandro Carreira) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Osvaldo Lima.

O SR. OSWALDO LIMA (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Corroborando uma série de distorções que impedem o seu desenvolvimento, e um elenco de carências na infra-estrutura urbana, o Distrito de Belford Roxo, no Município de Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro, passa por ~~seríssimas dificuldades~~.

Trata-se da iluminação pública, que, no conjunto das necessidades do Distrito, talvez nem fosse o item mais importante, uma vez que Nova Iguaçu, esquecido das autoridades, talvez represente o protótipo de Município brasileiro em que falta tudo: água, saneamento, transportes, escolas, hospitais, comunicações, empregos, etc.

Acontece, Sr. Presidente, que a iluminação em Belford Roxo, no Centro, e especialmente nos Bairros de Piam, Areia Branca, São Francisco, Heliópolis, Nova Aurora e Jardim Redentor, está sendo mais necessária, por absurdo que isto possa parecer, que o fornecimento regular de água, que a implementação de rede de esgotos ou mesmo que a existência de um mercado de trabalho. A pobreza de Nova Iguaçu é tão grande, que, a cada dia, aumenta o número de marginais. E estes marginais, a cada dia, se tornam mais violentos e autoconfiantes, a ponto de, hoje, ocorrerem arrombamentos de residências com o sol a pique, assaltos a mão armada em plena luz do

dia, e crimes e mais crimes que enfeitam as páginas dos jornais brasileiros.

Se sair às ruas, em plena luz do dia, em Belford Roxo, já é uma temeridade, imagine-se, então, o risco de sair à noite, e sem iluminação pública.

No período das eleições municipais do ano passado, a Prefeitura Municipal, demagogicamente, iluminou algumas ruas de Belford Roxo, sem nenhum planejamento ou racionalidade, com o único objetivo de atender a interesse de apaniguados políticos, candidatos da ARENA. E hoje, o que se constata é a violência imperando no Distrito, a população impedida de abrir a porta de sua residência, à noite, com o justo receio de vê-la invadida por marginais e malfeitores.

Solicitamos, Sr. Presidente, através de expediente encaminhado ao Dr. Hugo de Mattos Santos, Secretário de Obras e Serviço Público do Estado do Rio de Janeiro, urgentes medidas no sentido de dotar aquele Distrito de iluminação pública. Reiteramos, desta Casa, a S. Ex^a o Sr. Secretário de Obras, o nosso profundo apelo em prol da segurança dos desprotegidos habitantes de Belford Roxo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Evandro Carreira) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Daso Coimbra.

O SR. DASO COIMBRA (ARENA — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Gaúchos, catarinenses e paranaenses, unidos, hoje, por mais uma rodovia de primeira classe estão, nesse instante, aplaudindo o Presidente Ernesto Geisel.

Trata-se da inauguração da BR—153, ligando o trecho União da Vitória, no Estado do Paraná, a Erechim, no Estado do Rio Grande do Sul, atravessando todo o chamado Meio-Oeste Catarinense. Essa rodovia faz parte da TRANSBRASILIANA, ou seja, a BR—153, estrada longitudinal, que partindo de Marabá, no Estado do Pará, irá alcançar a fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai, na qual foram aplicados 880 milhões e 550 mil cruzeiros.

Sr. Presidente, essa estrada, que será uma das mais importantes do Brasil, a TRANSBRASILIANA, tem hoje um dos seus trechos entregue ao tráfego, inteiramente asfaltado, numa extensão de 246 km, atravessando todo o Meio-Oeste de Santa Catarina. É uma estrada com largura de pista de 7 metros e 20-centímetros e que tem faixas adicionais de tráfego em todas as rampas superiores a 4,5%.

Sr. Presidente, a larga produção de trigo e soja do norte do Rio Grande do Sul; os produtos da suinocultura e da agricultura do Estado de Santa Catarina; a madeira e a celulose do Estado de Santa Catarina e do Paraná poderão ser escoados de maneira mais eficiente por essa rodovia, a BR—153, no trecho que hoje está sendo inaugurado nos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná.

Nós queremos nos congratular com as autoridades do Governo e, especialmente, com o Presidente da República, por mais essa estrada entregue ao tráfego, de grande importância, não apenas para aqueles 3 Estados sulinos, mas também para todo o Brasil.

Neste instante, em que o nobre representante de Santa Catarina, o Deputado Dib Cherem, representa a Maioria, aqui nesta Casa, sentado no plenário, no local do Líder da Maioria, nós levamos, através da sua ilustre figura, a nossa saudação a todos os companheiros arenistas de Santa Catarina, que estão hoje vibrando com essa conquista, essa reivindicação da ARENA, realizada por um Governo da ARENA, para benefício do povo brasileiro. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Evandro Carreira) — Não há mais oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Tendo sido publicado e distribuído em avulsos o Relatório nº 4, de 1977-CN, da Comissão Mista, referente ao Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 1976, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, destinada à apreciação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Evandro Carreira) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 68, de 1977-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 87, de 1977-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.562, de 19 de julho de 1977, que aumenta os limites do Decreto-lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, alterado pelo Decreto-lei nº 1.460, de 22 de abril de 1976, e dá outras providências.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o Projeto de Decreto Legislativo pelas duas Casas do Congresso e dispensada a redação final, nos termos regimentais, a matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Evandro Carreira) — Nada mais havendo que tratar, encerro a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 27 minutos.)

ATA DA 175ª SESSÃO CONJUNTA, EM 22 DE SETEMBRO DE 1977

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. HENRIQUE DE LA ROCQUE

ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — José Guimard — Evandro Carreira — José Lindoso — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Petrólio Portella — Mauro Benevides — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domicio Gondim — Milton Cabral — Cunha Lima — Marcos Freire — Murilo Paraiso — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Vasconcelos Torres —

Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Otto Lehmann — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Itálio Coelho — Mendes Canale — Leite Chaves — Mattos Leão — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Otair Becker — Daniel Krieger — Tarso Dutra.

OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Nabor Júnior — MDB; Nosser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edisson Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Celso Barros — MDB; Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Clímaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Antonio Morais — MDB; Claudino Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Flávio Marclio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Josias Gomes — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Vilmar Pontes — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Vanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Mauricio Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Antonio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — ARENA; Antonio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique

Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Joir Brasileiro — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinias — MDB; Alcír Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amaral Netto — ARENA; Antonio Mota — MDB; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Daniel Silva — MDB; Darcílio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Dayi de Almeida — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Emanuel Waisman — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hélio de Almeida — MDB; Hydekel Freitas — ARENA; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Mauricio — MDB; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonseca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Couto — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero de Vasconcelos — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Sílvio Abreu Júnior — MDB; Sival Boaventura — ARENA; Tarcísio Delgado — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; A. H. Cunha Bueno — ARENA; Airton Sandoval — MDB; Airton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Aurelio Campos — MDB; Blota Junior — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Edgar Martins — MDB; Faria Lima — ARENA; Ferraz Egreja — ARENA; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Junior — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novaes — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; José Zavaglia — MDB; Minoru Massuda — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Octavio Torrecilla — MDB; Otavio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Brito — MDB; Ruy Codo — MDB; Salvador Julianelli

— ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturolli — ARENA; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

Goiás

Adhemar Santillo — MDB; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Helio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Onísio Ludovico — ARENA; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA; Wilmar Guimarães — ARENA.

Mato Grosso

Antonio Carlos de Oliveira — MDB; Benedito Canelas — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Agostinho Rodrigues — ARENA; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ary Kffuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Ítalo Conti — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Samuel Rodrigues — MDB; Santos Filho — ARENA; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; César Nascimento — MDB; Dib Cherem — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jason Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Nereu Guidi — ARENA; Walmor de Luca — MDB.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffman — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequet — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Nelson Marchezan — ARENA; Norberto Schmidt — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — As listas de presença acusam o comparecimento de 53 Srs. Senadores e 327 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações. Concedo a palavra ao nobre Deputado Peixoto Filho.

O SR. PEIXOTO FILHO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Em julho do ano passado registrei noticiário do Governo fluminense de que no início do corrente ano seriam construídos terminais rodoviários nos Municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu e Nilópolis, Estado do Rio de Janeiro.

A louvável iniciativa da CODERTE tem a respaldá-la a saturação dos terminais rodoviários da Baixada Fluminense e a constatação de pesquisa realizada com o Metrô de que 86% dos passageiros que chegam à Estação Mariano Procópio na Praça Mauá procedem dos Municípios daquela populosa região.

Acresce dizer que, na ocasião, a CODERTE asseverou que havia encomendado estudos a uma firma particular sobre a viabilidade econômica dos três terminais acima referidos, para desde logo formalizar pedido de financiamento junto ao Banco do Brasil através do Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano.

Pois bem, são decorridos 15 (quinze) meses e tudo permanece na estaca zero, ou seja, não se fala mais no assunto. Até mesmo as negociações que a Prefeitura Municipal de Duque de Caxias realizaria com o Bradesco, para adquirir pelo sistema de permuta a área de 104.600 metros quadrados que, além dos terminais servirá ainda para a instalação de uma área de lazer, não foram até agora concluídas.

Sr. Presidente, é com profunda melancolia que constato mais uma promessa não cumprida pelo Governo fluminense cercado de técnicos por todos os lados e cada vez mais afastado dos compromissos assumidos com o povo, de quem prescinde do apoio e solidariedade.

Eis os dados técnicos dos três terminais, cujos projetos, apesar da longa decorrência de tempo, ainda têm prazo para sua execução:

CAXIAS

O terminal de Duque de Caxias ocupará 42 mil metros quadrados da área de quase 105 mil metros quadrados e se situará entre o rio Meriti e as avenidas Presidente Kennedy, Manoel Teles e rua Frei Fidelis.

Ele terá capacidade para acostamento de 40 ônibus simultaneamente e, em sua fase inicial (só as plataformas de embarque e desembarque), funcionará numa área construída de 18 mil metros quadrados.

Além das plataformas, o terminal contará ainda com um ambulatório do INPS, escritórios, lojas e uma área para estacionamento, que posteriormente será transformada em edifício-garagem.

NOVA IGUAÇU

O primeiro dos dois terminais rodoviários que serão construídos pela CODERTE em Nova Iguaçu ficará situado junto ao viaduto, na avenida Roberto Silveira, entre as avenidas Guadalajara e Amaral Peixoto.

Ele ocupará, em área construída, 21 mil metros quadrados, com capacidade para acostamento de 26 ônibus. Conterá também com uma área de estacionamento na sua cobertura e, no futuro, a exemplo do terminal de Duque de Caxias, terá um edifício-garagem.

A área de 15 mil metros quadrados está sendo desapropriada pela Prefeitura, com fundamento em decreto estadual de maio passado (1976). A CODERTE espera, num prazo de 90 dias, concluir a desapropriação.

NILÓPOLIS

Com 15 pontos de parada de ônibus, o terminal de Nilópolis será o menor dos programados para a Baixada Fluminense. Num terreno de 7 mil metros quadrados, com uma área de construção de 17 mil metros quadrados, ele terá como característica principal a integração com a estação ferroviária, através de uma passarela.

Sr. Presidente, "à proporção que as dificuldades da vida em comunidade se acentuam, mais imperiosa se torna a presença do povo no cenário das deliberações governamentais".

Assim, a execução dessas obras constituirá uma das mais justas e perfeitas conquistas das laboriosas populações da Baixada Fluminense.

É o caso de se perguntar: até quando?!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Rocha. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Bresolin.

O SR. ANTÔNIO BRESOLIN (MDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Continuo recebendo reclamações por parte de ex-Combatentes de diferentes cidades do País. Além das centenas de correspondências que já registrei, acabo de receber do Sr. Gabriel José Ferreira, ex-combatente residente em Vila Paranhos - Distrito de Amambai, Mato Grosso, a seguinte carta:

"Paranhos, 14 de setembro de 1977.

Senhor Deputado Federal.
Antônio Bresolim.

Através desta venho pedir a V. Ex^a informar se as reivindicações feitas ao Presidente da República para os ex-Combatentes do Brasil, é somente para os ex-Combatentes do Rio Grande do Sul, ou é para toda a Classe? Sou ex-Combatente da FEB e não desfruto de nenhum benefício. Meu nome é Gabriel José Pereira, meu endereço: Vila Paranhos, distrito de Amambai aos Cuidados do Cabo Andrade do destacamento de Paranhos, Estado do Mato Grosso.

Sem mais, aguardo resposta com urgência e subscrevo-me com estima. — Gabriel José Pereira, ex-Combatente."

Sr. Presidente, tenho em mãos carta que acabo de receber de Olinda, Estado de Pernambuco, e que têm o seguinte teor:

"Excelentíssimo Sr. Deputado

Antônio Bresolin
M.D. Deputado Federal.
Brasília (DF)

Prezado Senhor:

Estamos nós ex-Combatente do Brasil, caríssimo Deputado, com justa e valorosa reivindicação. Solicitamos V. Ex^a no sentido de nos esclarecer qual a situação dos ex-Combatentes aposentados, que ficaram no inicial da carreira, sobre o Plano de Reclassificação. Em 23 de abril de 1970, aposentei-me de acordo com a Lei nº 5.315/67, era nível 10, de igual nível aos meus companheiros, da ativa. No Plano de Reclassificação, o Sr. Diretor do DASP nem sequer os ex-Combatentes considerou, deixando no início da carreira, em referência 22, quando meus companheiros da ativa são nível 29.

Inicial da carreira é quando a pessoa ingressa no serviço público, e não daqueles que por Lei tem seus direitos adquiridos, neste caso seria, que os ex-Combatentes que se aposentaram na Lei nº 5.315/67, solicitar das autoridades competentes, a sua reversão a ativa para completar os seus direitos de 35 anos de serviço em vez de 25 anos de serviço, que nesse caso a Lei nº 5.315/67, da Constituição do Brasil, não está nos dando a cobertura cabível, aos ex-Combatentes.

Agradeço, antecipadamente, a atenção que der ao meu pedido, pois como disse anteriormente, ele é de suma importância e aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência minha grande admiração.

Atenciosamente. — Luiz Vieira Sobral, Rua Fl— nº 5, Vila Cohab. 7º RO. Olinda, PE.

Olinda, 3 de setembro de 1977."

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, aqui fica mais um veemente apelo aos responsáveis pela solução do problema. Os ex-Combatentes do Brasil estão fartos de esperar.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Zavaglia.

O SR. JOSÉ ZAVAGLIA (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Ocupei, ontem, a tribuna da Câmara Federal, oportunidade em que tratei de assunto que reputo de grande importância.

Hoje, reiterando o que já anteriormente havia dito, volto a dele me ocupar, para conhecimento dos Srs. Congressistas.

Crescendo em ritmo nunca antes alcançado, a ponto de preocupar até o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos da América, as exportações agrícolas brasileiras poderão, em futuro muito próximo, ameaçar até a hegemonia norte-americana no setor transformando-se no maior competidor daquela nação nos mercados internacionais.

Tal situação se deve a uma mudança substancial, que parece estar acontecendo nos bastidores governamentais, que está determinando tratamento prioritário para a política agrícola, ao contrário do que estava acontecendo até há bem pouco tempo, quando a prioridade absoluta era para a indústria, numa orientação que o próprio Secretário-Geral do Ministério da Agricultura, Sr. Paulo Romano, falando na VII Conferência Interamericana Sobre Agricultura realizada recentemente em Honduras, chamou de "forte determinismo industrialista".

Realmente, Sr. Presidente, não podia ser de outra maneira, a menos que o Governo brasileiro quisesse continuar completamente fora da realidade, pois todos os países do mundo sabem que a produção de alimentos constitui, hoje, mais do que nunca, assunto não apenas de segurança interna para qualquer nação, mas também de equilíbrio político em amplo sentido.

É por isso, Srs. Congressistas, que tudo aquilo que venha a contribuir para o desenvolvimento da agricultura brasileira, de um modo geral, deve merecer o mais amplo apoio. É esta a razão pela qual estou na tribuna hoje.

O Governo do Estado de São Paulo, através de sua Secretaria da Agricultura, dirigida pelo Sr. Paulo da Rocha Camargo, vem de concluir com a FINEP entendimentos para a assinatura de um convênio que garantirá um dos mais importantes financiamentos para pesquisa científica e tecnológica, no campo da agricultura, de que se tem notícia. O valor global desse financiamento será de 45 milhões e 413 mil cruzeiros e ele será repassado, através daquela Secretaria do Estado paulista, com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, para uma série de institutos paulistas de pesquisas.

Esse vultoso financiamento, que foi autorizado especialmente pelo Senhor Presidente da República e já foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, destina-se a seis Institutos ligados à Secretaria de Agricultura do Governo paulista, para atender a 33 projetos ora em andamento nesses Institutos.

Será assim distribuído o financiamento de 45 milhões e 413 mil cruzeiros:

— para o Instituto Agrônomo de Campinas, 13 milhões e 300 mil cruzeiros;

- para o Instituto de Zootécnica, 8 milhões de cruzeiros;
- para o Instituto Biológico, 11 milhões e 977 mil cruzeiros;
- para o Instituto Florestal, 6 milhões e 650 mil cruzeiros;
- para o Instituto de Pesca, 3 milhões e 400 mil cruzeiros; e
- para o Instituto de Botânica, 1 milhão e 200 mil cruzeiros.

O saldo que ficou de mais de 800 mil cruzeiros será usado num programa conjunto a nível das coordenadorias das diversas áreas de pesquisa agropecuária e recursos naturais, para os quais há vários

programas prioritários e projetos técnicos executados pela Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

Não posso deixar, Srs. Congressistas, de congratular-me com o Governador Paulo Egydio Martins, Chefe do Executivo de São Paulo, em presença de quem esse importante financiamento foi assinado. Prestigiando com sua presença um simples ato administrativo em uma de suas Secretarias de Estado, o Chefe do Governo Bandeirante quis dar a entender o valor que seu Governo dá para o assunto.

Realmente, qualquer decisão governamental, a nível federal, estadual ou até municipal, em favor da pesquisa agrícola, num país que depende da agricultura como o nosso e que aspira a ser potência mundial — e que somente o poderá ser se, ao lado do poderio industrial e tecnológico, tiver poderio de competição internacional também no terreno da agricultura —, qualquer decisão em favor da pesquisa agrícola deve ser saudada efusivamente como uma sábia orientação.

Era o que tinha para dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Alcides Franciscato.

O SR. ALCIDES FRANCISCATO (ARENA — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A Câmara Municipal de Bauru, no Estado de São Paulo, aprovou, por unanimidade, a concessão do título de Cidadão Bauruense, ao eminente economista e líder empresarial Dr. José Papa Junior, digníssimo presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, do Centro do Comércio do Estado de São Paulo e dos Conselhos Regionais do Serviço Social do Comércio (SESC) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

Nesta oportunidade queremos nos congratular com toda a comunidade e mais precisamente com a decisão dos representantes que têm assento na Câmara Municipal de Bauru, pela oportuna, correta e decisiva manifestação de apoio, solidariedade e reconhecimento pelos relevantes serviços que Papa Junior vem prestando à vida pública bandeirante e agora, mais precisamente, a nossa cidade, Bauru.

Referimo-nos à inauguração do Centro Cultural e Desportivo Adolfo Simão Rasi, um dos pioneiros da Indústria e Comércio de Bauru. O Centro Cultural foi construído num terreno de 20 mil metros quadrados, possui instalações de 11 mil metros quadrados, com os mais modernos equipamentos, contendo ginásio de esportes coberto, duas quadras de esportes, piscina para crianças e outra para adultos; dois conjuntos de vestiários, duas salas para recreação infantil, cinco salas de aula, um auditório com 200 lugares para cinema teatro, biblioteca, sala de jogos, uma quadra para ginástica, área para exposições, minibusque, pista especial para testes de Cooper, área de lazer com mil metros quadrados, cozinha experimental, quatro gabinetes odontológicos, consultório médico, lanchonetes, área externa arborizada, duas quadras de bocha e dependências da administração.

Hoje, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o líder empresarial José Papa Junior se pontifica na nova geração empresarial que o Estado de São Paulo e o Brasil dispõe. O seu gabarito pessoal é um atestado insofismável de segurança e garantia para o absoluto e tranquilo exercício dos cargos que ele ocupa atualmente.

Para termos condições de avaliarmos o grande potencial humano de que é dotado José Papa Junior, o Zizinho como é afetuosamente chamado dentro das entidades que dirige, é digno de menção lembrarmos que o presidente da Federação e do Centro do Comércio de São Paulo foi o sétimo brasileiro eleito Homem do Ano. O título foi instituído pela Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, com sede em Nova Iorque, em 1970, e todo ano escolhe uma personalidade brasileira e outra norte-americana que tenham contribuído significativamente para estreitar as relações entre os Estados Unidos e o Brasil nos setores industrial, financeiro de negócios. Treze personalidades já foram agraciadas com o título: em 1970, George S. Moore, Presidente do First National City Bank of New York, e Antonio Delfim Netto, então Ministro da Fazenda do

Brasil; em 1971, o Governador Nelson A. Rockefeller e Mário Gibson Alves Barbosa, na época Ministro das Relações Exteriores do Brasil; em 1972, Edwin H. Gott, Presidente da US Steel Corporation, e Horácio Sabino Coimbra, Diretor-Presidente da Companhia Cacique de Café Solúvel; em 1973, Henry Kearns, Presidente do The Export Import Bank of the United States, e Caio de Alcântara Machado, Organizador da Expo-72, em São Paulo; em 1974, Ellmore C. Patterson, Presidente da Morgan Guarantee Trust Co. of New York, e Augusto Trajano de Azevedo Antunes, Presidente da Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração; e em 1975 Henry Ford II, Presidente da Ford Motor Company, e João Paulo dos Reis Velloso, Ministro do Planejamento.

Com 36 anos, José Papa Junior é formado em Ciências Econômicas e Sociais pela Universidade Mackenzie, tendo obtido o Master Degree no Instituto de Altos Estudos de Administração de Empresa, em Lausanne, Suíça. Em 1962, quando atuava no Sindicato do Comércio Atacadista de Materiais de Construção de São Paulo, elegeu-se diretor da Federação do Comércio do Estado. No mesmo ano, foi um dos fundadores do Centro do Comércio do Estado de São Paulo. Depois de exercer vários cargos de diretoria nas entidades, foi eleito, em 1968, Presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo e dos Conselhos Regionais do Serviço Social do Comércio (SESC) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), e em 1969 foi eleito também Presidente do Centro do Comércio do Estado de São Paulo. Em 1971, os empresários brasileiros o elegeram 2º-Vice-Presidente da Confederação Nacional, tendo sido reconduzido ao mesmo cargo nos triênios 74/77 e 77/80. Ainda naquele ano (1971) assumiu a Vice-Presidência da Seção Regional de São Paulo do Conselho Interamericano de Comércio e Produção (CICYP). A 16 de junho de 1975, em Madri, foi eleito, por unanimidade, Vice-Presidente da Câmara de Comércio Internacional (ICC — International Chamber of Commerce). É o primeiro brasileiro a ocupar esse cargo e o único latino-americano a integrar a alta direção da entidade, desde a sua fundação, em 1974. Além de receber títulos de cidadania de várias cidades paulistas, nos últimos anos, Papa Júnior foi homenageado por todo os comerciantes do Estado de São Paulo, de quem, no Dia do Comerciante recebeu o insigne título de "Comerciante do Ano 77".

Atualmente, além de suas atividades exercidas naquelas instituições, Papa Junior ocupa as funções de diretor nos seguintes estabelecimentos de sua família: Cibraço, Imobiliária Santa Rosária, Creditotal, Banco Lavra, Lavra Cred. Financiamento Investimento; Lavra Turismo; Lavra Empreendimentos e Participação; Lavra Títulos e Valores; Lavra Consultoria e Planejamento; Lavra Leasing; V. M. Vendas (trading) e GTI (Grupo Técnico Incorporador).

Em agosto último, os 91 sindicatos de comércio — 49 da capital e 42 do interior — decidiram por unanimidade homologar numa chapa única, o nome de Papa Junior para a Presidência daquelas entidades, biênio 77/79, devendo sua quinta reeleição ocorrer tranquilamente em novembro próximo.

HERANÇA

Com apenas 28 anos, José Papa Junior assumiu a presidência daquelas instituições. Em sua posse ele fez questão de frisar que as novas gerações não queriam suprimir as antigas, a quem ele substituiu, mas, sim, a integração e união em torno de uma chefia promissora. Queriam corresponder com um pouco de técnica, que as outras não tiveram a sorte de conhecer, ao inestimável legado, feito de sacrifícios e de experiências, que delas ambicionavam receber. Ao ser investido naqueles cargos disse textualmente: "Somos inexperientes, porém mais preparados tecnicamente".

Já se passaram oito anos e, agora, o experiente José Papa Júnior, de novo na liderança dos comerciantes do Estado de São Paulo, continua investindo maciçamente, como faziam os antigos, na construção de novos centros sociais e escolas do SESC e do SENAC. Pontificam em sua fecunda administração a construção de um centro campestre para os comerciantes, que o Presidente Geisel inaugurou em 1975; curso de formação acelerada; uma divisão de Comércio

Exterior, que procura aumentar a participação do comércio nas exportações; a criação de 23 Delegacias do Centro do Comércio, em São Paulo. O Projovem — Projeto Jovem — destinado a orientar a juventude estudantil na escolha das novas profissões; criou as Unidades Móveis de Formação e Treinamento, que percorrem o Estado de São Paulo, promovendo a qualificação profissional do trabalhador para o comércio; criou o Hotel-Escola do SENAC — um dos maiores hotéis-balneários da América Latina, localizado em Águas de São Pedro, em convênio com o Governo do Estado: implantação da Escola de Hotelaria Lauro Cardoso de Almeida, que anualmente forma 500 profissionais no ramo hoteleiro. Elaborou com o Ministério do Planejamento, juntamente com a Confederação Nacional do Comércio, para a modernização e reorganização comercial como se observa no Plano do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico; aumentou a efetividade do Conselho do Comércio Varejista e dinamizou as Unidades Móveis de Orientação Social. Em 1975, o SENAC paulista formou 200 mil comerciários e 270 mil em 1976, estando previsto 300 para 1977.

No entanto Papa Júnior pretende mais para chegar à plena justiça social, não somente aprimorando os comerciários, mas aperfeiçoando os comerciantes. Por isso, criou o PRODEC — Programa de Desenvolvimento da Pequena e Média Empresa, visando proporcionar o seu fortalecimento, que considera fundamental para o desenvolvimento brasileiro. "Integrá-las ao contexto econômico é obrigação de todos e, principalmente, dos governantes", diz Papa Júnior.

Segundo pesquisa realizada pela Federação do Comércio, 91% das empresas comerciais paulistas são pequenas e médias. Portanto, para que o povo seja beneficiado pela repartição de rendas, o mais rápido possível, é preciso que as pequenas fiquem médias e as médias se tornem grandes. E as grandes não serão maiores apenas, mas deverão se constituir em instrumento de desenvolvimento, facilitando, inclusive, o surgimento de novas empresas.

O presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, como líder empresarial e responsável pela condução e liderança do maior complexo comercial e social do Brasil, assim, sintetiza a sua política de atuação empresarial: "O que defendemos é o sistema de uma economia privada numa economia de mercado. Um sistema que, através da liberdade, dê ensejo a cada um de optar pelo tipo de atividade que melhor lhe convém. Se quiser ser empresário, precisa ter o caminho aberto. Acreditamos nesse sistema e cremos também que, fortalecendo a pequena empresa, haverá pleno emprego, mais *know-how* e maior educação profissional que é uma forma de distribuir a renda".

Pelas razões que expusemos em nosso pronunciamento e mais pelo estreito relacionamento que há vários anos tenho a honra de desfrutar com o Papa Júnior, renovamos as nossas congratulações à iniciativa dos Vereadores da Câmara Municipal de Bauru — cidade onde nasci e que tenho a elevada honra de representar no Congresso Nacional.

Dessa maneira, ao concedermos o título de "Cidadão Bauruense" ao líder empresarial José Papa Júnior, demonstramos mais uma vez o severo critério que adotamos para concedermos tamanha homenagem, símbolo altivo de uma cidade que pela sua honrada e combativa formação sabe reconhecer e tributar a devida homenagem àqueles que realmente têm formação e espírito público, que, diante de quaisquer dificuldades não se atemorizam e nem se detêm a espera de dias melhores. Eles são como verdadeiros e fulminantes astros. Prosseguem em sua fulgurante trajetória, espalhando luz, amor e fraternidade, em obediência a desígnios superiores.

De parabéns, portanto, a minha cidade de Bauru, o homenageado, José Papa Júnior, e também todo o empresariado paulista, pela entrega dessa honraria.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — Concedo a palavra ao Deputado Daso Coimbra.

O SR. DASO COIMBRA (ARENA — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O problema da imagem do Brasil no exterior é muito sério, as distorções são imensas. Há cerca de um mês e meio, dei entrevista a um repórter de uma emissora de rádio da Holanda, quando esteve no Brasil, e as perguntas feitas sobre o nosso País eram de estarrecer, revelando completa ignorância sobre o que se passava em nossa terra. Uma das perguntas mais comuns era sobre os milhares de índios que são assassinados, no Brasil, pelas forças policiais!

Sr. Presidente, o *Correio Braziliense* de hoje dá mais uma notícia sob o título: "É muito índio", escrita pelo comentarista internacional e grande jornalista, Feichas Martins. Ele nos conta que na terça-feira passada, numa conferência na Suíça, um cientista, — e aqui vamos colocar esse cientista entre aspas porque é um homem apaixonado, e apaixonado também entre aspas, não um cientista porque a ciência não é fruto de paixão — um cientista afirmou que cerca de um milhão de indígenas brasileiros estão ameaçados de genocídio. Acontece que não temos mais do que duzentos mil índios em nosso País. Esses oitocentos mil foram gerados lá na Suíça, possivelmente.

Sr. Presidente, as distorções são comuns e freqüentes. Uma das perguntas que me foi feita era a respeito de uma afirmação do BID, que o Brasil tinha diminuído suas aplicações no campo da educação. Mais uma ignorância sobre o sistema federativo do Brasil.

Sr. Presidente, são os Estados e Municípios que dedicam verbas ao ensino. Há repasses muito grandes do Governo Federal para os Municípios. A municipalização do ensino é um fato comum, é um fato normal nas zonas rurais. Agora mesmo no Estado do Rio de Janeiro, 15 Municípios vão passar a ter sua atribuição de educação totalmente tomada para si.

Ora, Sr. Presidente, com má fé esses estatísticos, para deturpar a imagem do Brasil, apenas pegam uma parcela do que no Brasil se dedica à educação, a parcela consignada no Orçamento Federal, e proposadamente deixam de lado as parcelas consignadas nos orçamentos estaduais e municipais.

Sr. Presidente, era preciso um pouco mais de agressividade em nossas Embaixadas no Exterior, era preciso um pouquinho mais de agressividade por parte de nossos representantes do Itamaraty, no Exterior, para que não deixassem esses fatos, evidentemente fáceis de serem contestados, denegrir a imagem do Brasil, e assim o Brasil não ficasse como um País perseguidor de indígenas, e um País onde a educação não tem vez. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Maurício.

O SR. JOSÉ MAURÍCIO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Lamento e deploro a morte do digno e honrado policial, o detetive Renault Freicho Pinheiro, vítima de verdadeira trama, urdida dentro de sua própria repartição, visando silenciar a voz de quem muito sabia em relação aos crimes do maldito "esquadrão da morte".

O crime ocorreu no mês de março deste ano e até agora, setembro, os criminosos estão soltos, e a família do ex-policial sofrendo pressão por parte dos que são acusados como autores do bárbaro homicídio.

Conheci Renault Freicho Pinheiro, honrando-me ele e sua conceituada família com amizade e dedicação, ao longo de vários anos.

Ultimamente vinha o policial trabalhando na Delegacia de Nilópolis, de onde saiu, a convite do também policial Juvenal Manhães e do alcaçute Fernando Paes de Aquino, para um passeio. Em meio a viagem, no destino de Parati, na Estrada Rio—Santos, o detetive Renault foi assassinado por seus companheiros de repartição, tendo o corpo abandonado na estrada, vindo a ser sepultado, como indigente, no Cemitério de Itaguaí.

Ao registrar este fato e o meu mais profundo pesar, quero, Sr. Presidente, lamentar que a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro não tenha, até agora, considerado o assunto com a devida seriedade, visando à punição dos culpados.

E mais, é de lamentar-se o clima de tensão que pesa sobre os familiares de Renault Freicho Pinheiro, sob constantes ameaças de

Juvenal Manhães, uma vez que não se conformam com a liberdade e impunibilidade dos matadores do ente querido, inconformismo, também que se apossa de todos nós, daí a nossa irresignação e o protesto que fixamos, mercê desta manifestação

A responsabilidade sobre o que possa ou venha acontecer com essa família cabe à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, omissa na solução do problema, e ainda, nada fazendo para impedir as ameaças, constantemente repetidas, por aqueles marginais, que insatisfeitos com a "Operação Queima de Arquivo" perpetrada contra Renault Pinheiro, voltam-se agora, também contra sua honrada família.

Solidarizando-me com os familiares do pranteado, zeloso e benquistado servidor Renault Freicho Pinheiro, aos quais levamos, também, o pesar desta Casa, constitutivo de nosso mais veemente protesto contra a impunidade em que se encontram os culpados por sua morte e, que ainda se atrevem a ameaçar e a intranquilizar mais ainda, uma família já traumatizada.

Por outro lado, nota-se que a Delegacia de Homicídios que tem a implementá-lo o zeloso e experimentado Delegado Helber Murtinho, vem-se esforçando na apuração dos crimes praticados pelo malsinado Esquadrão da Morte, no que vem obtendo sucesso.

Daí porque ante a disposição daquele Delegado, por oportuno, vale estimular o seu esforço para que, superando as possíveis dificuldades e os entraves materiais, acabe também por debruçar-se sobre o caso e apurando a culpabilidade, remeta de logo, o inquérito à Justiça para a devida sanção

O Estado do Rio tem tradições a manter e não pode abrigar em seus quadros de servidores, assassinos e bandidos profissionais que se escondam por detrás da identidade dos chamados Serviços de Segurança Pública.

Não desejo, neste efeito, generalizar a acusação a dedicados servidores da Polícia fluminense, nem mesmo toleraria que a injustiça se torne regra, tampouco que a impunidade dela decorrente sirva de estímulo à proliferação incontida de desmandos e arbitrariedades.

Apure-se pois, sem mais delongas, o bárbaro trucidamento daquele servidor, tombado quando cumpria zelosamente o seu dever, pelas mãos do famigerado "Esquadrão da Morte", eis que a verdade virá em benefício de todos e se faça Justiça.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Antunes de Oliveira.

O SR. ANTUNES DE OLIVEIRA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — Está encerrado o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

Tendo sido publicado e distribuído em avulsos o Parecer nº 94, de 1977-CN, da Comissão Mista incumbida do estudo do Decreto-lei nº 1 563, de 1977, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 18 horas e 30 minutos, destinada à apreciação da matéria

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 1976 (nº 206-B/75, na Casa de origem), que revoga dispositivos da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 (Código Nacional de Trânsito)

Em discussão o projeto (Pausa)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

A matéria exige **quorum** qualificado para deliberação. Sendo evidente a falta de número em plenário, deixa de ser procedida a votação do projeto

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — Nada mais havendo que tratar, encerro a presente sessão.

(*Levanta-se a sessão às 19 horas e 35 minutos.*)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície:		Via-Aérea:	
Semestre	Cr\$ 200,00	Semestre	Cr\$ 400,00
Ano	Cr\$ 400,00	Ano	Cr\$ 800,00
Exemplar avulso	Cr\$ 1,00	Exemplar avulso	Cr\$ 2,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície:		Via-Aérea:	
Semestre	Cr\$ 200,00	Semestre	Cr\$ 400,00
Ano	Cr\$ 400,00	Ano	Cr\$ 800,00
Exemplar avulso	Cr\$ 1,00	Exemplar avulso	Cr\$ 2,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, Vale Postal, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil S.A. — Agência Parlamento, Conta-Corrente nº 498705/5, a favor do:

CENTRO GRAFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília - DF

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

QUADRO COMPARATIVO

2ª Edição Revista e Atualizada — 1975

Com Suplemento 1977

VOLUME COM 288 PÁGINAS — Preço: Cr\$ 30,00

CONTÉM. COMPARADAS EM TODOS OS ARTIGOS:

Emendas Constitucionais nº 1, de 17 de outubro de 1969, nº 2, de 9 de maio de 1972, nº 3, de 15 de junho de 1972, nº 4, de 23 de abril de 1975, nº 5, de 28 de junho de 1975, nº 6, de 4 de junho de 1976, nº 7, de 13 de abril de 1977, nº 8, de 14 de abril de 1977, e nº 9, de 28 de junho de 1977.

Constituição do Brasil de 24 de janeiro de 1967 (e as alterações introduzidas pelos Atos Institucionais de nºs 5 a 17 e Ato Complementar nº 40/69, ratificado pelo art. 3º do Ato Institucional nº 6/69).

Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946 (com as Emendas Constitucionais e Atos Institucionais que a alteraram).

Em notas, além de outras observações, são destacadas as alterações aprovadas pelo Congresso Nacional, através de emendas, ao Projeto de Constituição remetido ao Congresso pelo Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, em dezembro de 1966.

**Trabalho organizado e revisado pela Subsecretaria de Edições Técnicas
e Impresso pelo Centro Gráfico do Senado Federal**

À venda no SENADO FEDERAL, 11º andar

Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
ou pelo sistema de REEMBOLSO POSTAL.